

VERDADE ELEITORAL : idéias x dinheiro

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Cultura

A Rádio Jornal do Brasil encerrou não faz muito uma experiência democrática extremamente importante. Os cinco candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro tiveram igual tempo para livremente manifestarem o seu pensamento político e a sua visão administrativa. Foram sabatinados por uma mesa de interlocutores competentes e mantiveram diálogo aberto e franco com a população. O nível dos cinco programas foi elevado revelando maturidade política e educação social.

Este evento democrático pode dar a medida da necessidade da colocação dos meios de comunicação como tribuna adequada para assegurar um mínimo indispensável de verdade eleitoral e, sobretudo, de permitir que a campanha eleitoral seja realizada no plano das idéias e não do dinheiro.

Não resta a menor sombra de dúvida quanto ao risco de vermos esta eleição transformada em desenfreada demonstração do poder econômico de alguns candidatos privilegiados.

Já existe circulando nos cochichos de bastidores cifras elevadíssimas a serem gastas com o mais variado e sofisticado tipo de propaganda eleitoral. Sem falar da utilização de recursos para o comprometimento de candidatos vinculados, o que assusta terrivelmente é a perspectiva de massificação do eleitorado com apelos de marketing político totalmente desvinculados da realidade individual dos que deles se beneficiarão. Este aspecto é de insuspeita gravidade, uma vez que pela discriminação econômica o corpo eleitoral pode ser induzido a erro de consequências danosas para o futuro da estabilidade democrática do país.

É claro que o mais correto e limpo instrumento de campanha é o contato direto e permanente entre o eleitor e o candidato. É a visita de porta em porta, é a reunião em casa, é o comício. Mas, ninguém hoje discute que estamos muito longe da ágora ateniense e que, por isso, os veículos de comunicação de massa são hoje imperativos como meio de divulgar a mensagem dos candidatos e a sua qualificação pessoal para o exercício do cargo que pleiteiam.

A lei vigente sobre a propaganda eleitoral, no quadro presente de nossa realidade política, é uma porta escancarada à burla e ao favorecimento dos candidatos mais ricos. Submeter o nosso eleitor, de um lado à leitura de currículos pouco inteligentes, e do outro à desenfreada utilização de recursos na medida apenas da capacidade dos postulantes é um atentado à prática da democracia que desejamos consolidar o mais rapidamente possível.

Todos sabemos que nesta eleição o país joga a sua sorte. Se não melhorarmos o nível da representação, como esperar soluções adequadas para os problemas cada vez mais complexos que alcançam com intensidade muito forte a sociedade brasileira? Do mesmo modo, é preciso não esquecer que os ungidos pelo voto popular em 82 vão segurar o bastão da liderança brasileira em um período crucial. Na verdade, o novo começo democrático despertará após a eleição, e não antes. O voto depositado na urna do próximo 15 de novembro vai ser o mais importante instrumento para a mudança equilibrada, prudente, madura e democrática da sociedade brasileira. O Congresso que começa a funcionar em março de 83 vai carregar o fardo pesadíssimo de promover reformas substanciais na vida institucional brasileira, além de constituir o núcleo do colégio eleitoral na rodada presidencial de 1984.

Quem está vivendo as entrelinhas da vida pública de hoje sabe muito bem o que representa o novo papel das lideranças políticas. Os sinais deixam bem claro que o exercício da paciência e da moderação vai

ser exigido como nunca. Qualquer desvio, ou precipitação, ou endurecimento da linguagem pode fazer surgir atalho indesejável. Não se pense que as qualidades mencionadas podem ser confundidas com covardia ou concessões medíocres. Muito ao contrário, elas significam a capacidade maior do agente político para conduzir o jogo do poder com competência e com respeito aos desejos de mudança amplamente detectados na sociedade brasileira.

O Senador Tancredo Neves, do alto de sua sempre lembrada inteligência política, não tem deixado de insistir que a preservação da figura do Presidente da República é hoje requisito essencial para chegarmos ao mês decisivo de novembro, marco inicial da nova democracia brasileira. No fundo, a experiência indica que o caminho a percorrer tem muitas encruzilhadas. Só com sabedoria é possível ultrapassá-las segura e corretamente.

São dois riscos a evitar: a corrupção eleitoral pelo dinheiro de uns poucos privilegiados e a radicalização. Um como outro podem romper a qualidade e o equilíbrio do processo de democratização.